

A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DO BRASIL: REFERENCIAL HISTORIOGRÁFICO, TEMAS E FONTES

Pedro Ramos*

INTRODUÇÃO

Como se sabe, a agroindústria canavieira é a mais antiga atividade econômica do Brasil. Devido a isso, o seu tratamento como tema histórico apresenta problemas particulares que devem ser tidos em conta. Um esforço de síntese dessas particularidades é feita a seguir, para ajudar a compreensão das partes seguintes, que, numa perspectiva histórica, indica as principais referências bibliográficas e temas tratados, bem como indica as fontes de dados e informações mais usuais e/ou disponíveis sobre ela.

Em primeiro lugar, cabe destacar a questão de sua *dispersão geográfica/diferenças regionais*, ainda mais quando se tem em conta a extensão territorial brasileira, com sua diversidade climática. Exemplifica isso o fato de que, tendo sido, na colônia, a principal atividade do Nordeste, não ficou concentrada em uma dada área dessa região: durante muito tempo foi mais importante na então província e hoje estado da Bahia, para depois, no Império (1822-1889) e até meados do presente século, ter seu pólo hegemônico em Pernambuco. Atualmente, o principal estado produtor é Alagoas, com produções significativas também no Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe, além da Bahia. No espaço meridional, também ocorreu um processo algo parecido: durante algum tempo, a área mais importante foi o norte do atual estado do Rio de Janeiro, mas havia produção localizada em

* Economista, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP. Doutor em administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas. Endereço: NEA-Núcleo de Economia Agrícola/IE/UNICAMP. Caixa Postal, 6135. Campinas-SP, CEP 13083-970. E-mail: peramos@eco.unicamp.br.

São Paulo, sendo também não desprezível a trajetória da produção em Minas Gerais; atualmente, assumiram importância as produções dos estados do Paraná, do Mato Grosso do Sul e de Goiás, destacando-se a supremacia paulista.

O segundo aspecto a destacar é quanto às *heterogeneidade da produção*, à qual estão associados muitos aspectos, inclusive os referentes à importância social e política das classes sociais à elas vinculadas, seja dos proprietários dos meios de produção como um todo, seja, em especial, dos fundiários. Embora seja predominante a produção em grandes estabelecimentos agropecuários e/ou fabris (denominadas usinas/destilarias, com ou sem fornecedores de cana), ainda existe produção de pequenas dimensões (engenhos, também mais ou menos dependentes de cana de terceiros), nos quais, em muitos casos, detecta-se técnicas produtivas bastante rudimentares, que em muito lembram os primórdios de tal produção em território brasileiro. Enfim, há significativa distinção, seja de estrutura, seja de escala, na produção da cana e dos bens dela provenientes. São exemplos dessa heterogeneidade as diferenças entre a produção de rapadura do interior e a de açúcar no litoral do Nordeste; assim como o fato de que existem usinas/destilarias paulistas que processam uma quantidade de cana que representa apenas a centésima parte daquela que é triturada pela maior delas. O que é característico é que a matéria-prima tem sido a mesma.

O terceiro aspecto a destacar é quanto às *diferenças na utilização dos bens provenientes*, seja do ponto de vista histórico, seja quanto à situação atual. Embora a distinção maior deva ser feita quanto aos três produtos principais (açúcar, álcool e aguardente), há que se ter em conta as diferenças quando se toma apenas um deles, especialmente o açúcar: como alimento/fonte de caloria, tem-se desde a rapadura, cujo consumo ainda se faz presente nas regiões do interior do Nordeste, até o produto refinado, de maior consumo nos grandes centros urbanos, passando pela *commodity* demerara, cuja exportação é concentrada nos grandes produtores brasileiros. Quanto ao álcool, além de seu uso industrial, de seu consumo farmacêutico e doméstico, deve ser considerado seu consumo como combustível, seja isoladamente, seja em mistura à gasolina. Pode-se ainda lembrar o bagaço, para co-geração de energia e o açúcar líquido como insumo para a indústria alimentícia.

O quarto aspecto a considerar diz respeito à *questão da intervenção estatal*. Embora presente, ao longo da história, diferenças não desprezíveis quanto às emanadas dos governos locais (províncias e atuais estados e mesmo municípios), o que marcou durante muito tempo foi aquela que se relacionou à produção do açúcar de usina e de álcool combustível, e que teve (e, em bem menor medida, ainda tem) como referência básica uma política centralizada na União, especialmente no período que foi de 1930 a 1990. Em grande medida, tais intervenções devem ser vistas como decorrência das importâncias regionais das respectivas produções e dos conflitos sociais e problemas de mercado à elas relacionados, já que a agroindústria canavieira do Brasil é um dos complexos produtivos que mais ocupa mão-de-obra, embora não em caráter permanente.

Todos esses aspectos, obviamente inter-relacionados, indicam os problemas e os cuidados quando se quer tratar tal agroindústria, sendo bastante distintas entre si as possibilidades de temas a serem considerados, bem como os aspectos e particularidades referidas às fontes de dados e informações, as quais, muitas vezes, apresentam obstáculos insuperáveis, impondo a necessidade de levantamentos de fontes primárias, seja pela inexistência das secundárias, seja pelas suas insuficiências e mesmo possíveis distorções.

Assim, é óbvio que não se pode pretender, em poucas páginas, abordar toda essa problemática. Nas partes a seguir são consideradas as produções dominantes nesse contexto, quais sejam, a de cana para a obtenção de açúcar e de álcool nos engenhos/usinas ao longo da história econômica brasileira. Isso é feito com base nos trabalhos/textos específicos sobre o complexo canavieiro, evitando-se menção a trabalhos genéricos, bem como são apontados os temas e as fontes disponíveis, consideradas mais acessíveis e/ou relevantes.

DO PERÍODO COLONIAL AO INÍCIO DO SÉCULO XX: A IMPORTÂNCIA DO NORDESTE

Durante o longo período que transcorreu desde logo após o descobrimento do Brasil até início do presente século, a produção açucareira no Brasil foi predominantemente nordestina. São poucos os trabalhos que se dedicaram à sistematização e tratamento de dados e informações do período em que ela esteve concentrada na Bahia, sendo mesmo difícil conhecer com maior profundidade a história desse período. Um dos poucos trabalhos sobre isso é o de Ferlini,¹ que realizou um levantamento de dados e informações sobre as relações entre a propriedade fundiária, o poder político e a produção de açúcar sob o regime da escravidão, tomando como referência principal um engenho baiano. Um tratamento mais amplo desses aspectos e de outros, inclusive das inter-relações com o processo cultural e político e numa perspectiva de longo prazo para todo o Nordeste, pode ser encontrado na obra Diégues Júnior.²

No período imperial e até a crise de 1929, a grande maioria dos trabalhos, das informações e dos dados sobre a agroindústria canavieira refere-se ao estado de Pernambuco, exatamente porque esse estado liderou a produção açucareira de engenhos e de usinas durante bom tempo no Brasil. Há muitos trabalhos específicos sobre essas produções e sobre os diversos aspectos e temas nelas envolvidos, cabendo mencionar os que versam sobre as relações entre a propriedade/apropriação

¹ V. L. A. Ferlini, *Terra, trabalho e poder — o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1988.

² M. Diégues Júnior, *População e açúcar no Nordeste do Brasil*, Ed. Comissão Nacional de alimentação, São Paulo, 1954.

fundiária, sobre as mudanças técnico/produtivas, sobre a situação dos trabalhadores e, especialmente, sobre a transformação dos engenhos em usinas, processo que, de certa forma, sintetiza os anteriores. Entre esses trabalhos, cabe lembrar os de Eisenberg, Perruci, Wanderley, e de Milet,³ que tratam do fracasso da idéia da separação das atividades (agrícola e industrial), expressa na intenção de constituição dos “engenhos centrais”. Cabe destacar que este último texto é uma reedição de um trabalho escrito em 1881, quando a então província pernambucana enfrentava uma grave crise e se buscavam alternativas econômicas para superá-la. Um outra reedição digna de nota (ambas sob a iniciativa do historiador Manuel Correia de Andrade, da Fundação Joaquim Nabuco) é a obra de Peres & Peres,⁴ que contém muitos dados e informações sobre a situação dos engenhos e usinas pernambucanas do início do século XX. Sobre o período mais recente, cabe destacar o trabalho de Toledo,⁵ que trata especificamente das condições do trabalhador da cana, e o de Andrade,⁶ que juntou e sistematizou dados e informações sobre a produção e de seus derivados em vários estados nordestinos.

No caso dos estados da região meridional, a disponibilidade de dados e informações sobre a produção açucareira no período anterior à 1930 é bem menor, o que pode ser atribuído ao fato de que existiram outras atividades econômicas mais importantes: no caso da província/estado de Minas Gerais ocorreu o “ciclo do ouro” e em São Paulo foi fundamental o “ciclo do café”, que teve duração e desdobramentos muito maiores.

Foi em São Paulo, contudo, que ocorreu a construção dos primeiros engenhos em solo brasileiro, no atual município de São Vicente, próximo a Santos, a partir do ano de 1532, segundo os registros históricos disponíveis.⁷ Durante longo tempo (século XVII e início do seguinte), tal produção, ao que tudo indica, não assumiu maior importância econômica, tendo ficado restrita à área litorânea. Foi somente na segunda metade do século XVIII que se voltou a ter destaque para as atividades de produção de açúcar em São Paulo, a qual alcançou as “terras de serra acima”, conforme Petrone,⁸ tendo se concentrado na área que essa autora denominou de “quadrilátero do açúcar”, cujo centro passou a ser o atual município de Piracicaba.

³ P. L. Eisenberg, *Modernização sem mudança — a indústria açucareira em Pernambuco: 1840/1910*, Ed. Paz e Terra/Universidade Estadual de Campinas, Rio de Janeiro/Campinas, 1977; G. Perruci, *A república das usinas*, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978; M. de N. V. Wanderley, *Capital e propriedade fundiária — suas articulações na economia açucareira de Pernambuco*, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979; H. A. Milet, *A lavoura da cana de açúcar*, Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, Recife, 1989.

⁴ Gaspar Peres & Apolonio Peres, *A indústria açucareira em Pernambuco*, CEDE, Recife, 1991.

⁵ Pedro Eugênio de C. Toledo, *O trabalhador da cana-de-açúcar em Pernambuco: da senzala ao caminhão*, Universidade Federal de Pernambuco/PIMES, Recife, 1983 (Dissertação de mestrado).

⁶ M. C. de Andrade, *Áreas do sistema canavieiro*, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Recife, 1988 (Série Estudos Regionais, n. 18).

⁷ Cf. IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), *Brasil açúcar*, Rio de Janeiro, 1972, p. 14 (Col. Canaveira n. 8).

⁸ M. T. S. Petrone, *A lavoura canavieira em São Paulo — expansão e declínio (1765-1851)*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1968.

Este é um dos poucos trabalhos ricos em dados e informações sobre o complexo canavieiro paulista antes do século XX. Como a penetração do café no território paulista foi muito forte, esta autora identificou um “ciclo do açúcar”, que teria ocorrido entre 1765 e 1851. A busca de novos dados e informações sobre a produção açucareira em São Paulo no período em destaque foi retomada pelo historiador Peter Eisenberg (falecido em 1988), que trabalhava no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) tendo sido seus textos publicados no livro Eisenberg.⁹ A biblioteca central dessa universidade tem uma sala do material do historiador, cabendo consultar também o Centro de Memória da mesma universidade.

Muitas informações e dados também podem ser levantados recorrendo-se ao Arquivo do Estado, consultando-se o material da então Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, que, a propósito, publicou o relatório de um engenheiro alemão¹⁰ sobre a situação da produção de cana e dos “engenhos centrais” montados em São Paulo. Também cabe destacar que foi recuperado e publicado recentemente um relatório de outro técnico sobre as unidades produtoras então sob controle de um capital francês no mesmo período.¹¹ Outro trabalho que cabe mencionar e que trata de alguns aspectos do complexo canavieiro paulista nas primeiras décadas do presente século é o de Dé Carli.¹²

A produção de cana e de açúcar intensificou sua expansão pelas terras paulistas especialmente depois que o Convênio de Taubaté (de 1906) impôs restrições mais fortes ao ritmo em que vinha crescendo a produção cafeeira. Pode-se afirmar, assim, que aquelas produções passaram a representar uma utilização alternativa das terras dos latifúndios antes reservadas à produção de café. Isso sofreu nova inflexão quando da crise de 1929. Contudo, como o café continuou como principal produto de exportação da economia paulista ainda durante bom tempo, os historiadores brasileiros associaram tal fato ao processo de industrialização do Brasil, concentrado em São Paulo, ficando em segundo plano o estudo dos demais conjuntos de atividades, assim como pouco foram estudadas as implicações sócio-econômicas e políticas disso. Isso ajuda entender porque muitos economistas brasileiros parecem não se dar conta de que o açúcar produzido no Brasil teve, no período de quase um século (1870/80 a 1960) como espaço fundamental de realização o mercado interno, o qual passou a ser o destino principal do açúcar nordestino, que já havia sido desalojado do mercado externo.

⁹ Eisenberg, *Homes, op. cit.*

¹⁰ Cf. F. H. Sawyer, *Estudo sobre a indústria açucareira no estado de São Paulo*, Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo 2a. ed., São Paulo, 1908,

¹¹ J. Picard, *Usinas açucareiras de Piracicaba, Villa Raffard, Porto Feliz, Lorena e Cupim*, Ed. Hucitec/Ed. da UNICAMP, São Paulo, 1996.

¹² G. de Carli, *Gênese e evolução da indústria açucareira de São Paulo*, Irmãos Pongetti Editores, Rio de Janeiro, 1943.

Uma outra área da região meridional em que a produção açucareira sempre foi importante, desde o período colonial, localiza-se no norte do atual estado do Rio de Janeiro, tendo como pólo o município de Campos, mas cujas atividades vem enfrentando atualmente aberta crise e mesmo retração. Sobre os problemas característicos da produção da agroindústria canavieira dessa área e, particularmente, sobre a importância que nela sempre teve a produção de cana em pequenos estabelecimentos agropecuários, cabe consultar o trabalho de Dé Carli,¹³ e os da pesquisadora Delma P. Neves, da Universidade Federal Fluminense.¹⁴

O PERÍODO 1930-1985: OS DADOS DO IAA E O TRATAMENTO DE TEMAS ESPECÍFICOS DO COMPLEXO CANAVIEIRO

O período que se iniciou com a crise de 1929 e que se estendeu até bem recentemente, guarda uma importância particular para a história da agroindústria canavieira do Brasil. Isso se deve ao fato de que ela passou a ter sua dinâmica extremamente influenciada pela que pode ser considerada a mais importante experiência histórica de intervenção estatal num conjunto de atividades no Brasil. Em 1933, como desdobramento de iniciativas anteriores¹⁵ foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), destinado a, principalmente, controlar a produção/oferta dos principais bens do complexo, assim como disciplinar e resolver problemas entre as classes sociais do mesmo. Uma interpretação da motivação, dos resultados e das características principais dessa intervenção encontra-se em Ramos.¹⁶ Uma defesa do aprofundamento dessa intervenção nas questões sociais encontra-se em Lima Sobrinho.¹⁷ Ela foi minuciosamente tratada, em seus diversos subperíodos e diversos planos e programas na obra de Szmrecsányi.¹⁸

Para cumprir as tarefas essenciais que lhe cabia, o IAA tornou-se um órgão estatal de significativa dimensão, do qual cabe destacar a Divisão de Controle da Produção, com uma estrutura de delegacias de acompanhamento da produção, que contou com diversos escritórios regionais, devidamente localizados nos principais municípios produtores de açúcar/álcool. Com os dados do IAA foi possível saber exatamente que na safra de 1951/52 a produção de açúcar de usina do estado de São Paulo ultrapassou pela primeira vez a de Pernambuco.

¹³ G. dé Carli, *Evolução do problema canavieiro fluminense*, Irmãos Pongetti Editores, Rio de Janeiro, 1942.

¹⁴ D. P. Neves, *Lavradores e pequenos produtores de cana*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981.

¹⁵ L. Truda, *A defesa da produção açucareira*, Instituto do Açúcar e do Alcool, Rio de Janeiro, 1971 (Col. Canavieira, n. 6).

¹⁶ P. Ramos, *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil*, Ed. Hucitec, São Paulo, 1999.

¹⁷ A. J. B., Lima Sobrinho, *Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira*, Ed. Zélio Valverde, Rio de Janeiro, 1943.

¹⁸ T. Szmrecsányi, *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)*, Ed. Hucitec/ Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo/Campinas, 1979.

Assim, os estudiosos e pesquisadores interessados puderam contar, até meados dos anos oitenta, com uma riquíssima e, em grande medida, confiável fonte de dados e informações sobre o complexo canavieiro brasileiro, que abarcavam os aspectos relacionados principalmente à estrutura de produção agrícola e industrial, mas que não se limitavam a isso, já que o órgão acompanhava e sistematizava também dados e informações sobre o mercado interno e externo de açúcar, sobre a história e situação de congêneres estrangeiras, sobre aspectos tecnológicos e sociais etc. Enfim, suas unidades organizacionais eram referência obrigatória de consulta e esclarecimentos de dúvidas sobre os mais variados aspectos, facilitando a abordagem e o tratamento de muitos assuntos. Como no Conselho Deliberativo do IAA tinham assento representantes tanto dos produtores de cana, como de açúcar/álcool, assim como a legislação social que emanou do órgão era de importância fundamental para a busca de sobrevivência dos produtores mais fracos, foram constituídas entidades ou associações desses diferentes produtores, as quais também passaram a produzir e a buscar manter dados e informações sobre seus associados e sobre aspectos que lhes interessavam discutir ou questionar. Os litígios que existiam e que ainda se fazem presente no interior do complexo eram objeto de análise e de busca de solução junto à Procuradoria do IAA, dando origem à uma jurisprudência específica, sobre a qual se referem as publicações Jungmann e Pina.¹⁹

Cabe indicar o material que o IAA disponibilizava aos pesquisadores e estudiosos. Um dos mais importantes era a “Posição final” das safras de todo o território nacional, as quais eram depois sistematizadas em documentos maiores, pelo Serviço de Estatística e Cadastro. A autarquia possuía também um serviço de editoração e de divulgação de periódicos e de textos sobre aspectos técnicos, econômicos e sociais, entre os quais cabe destacar a “Coleção canavieira”, a revista denominada *Brasil Açucareiro* (órgão oficial de divulgação do Instituto do Açúcar e do Alcool), de circulação bastante ampla e de idoneidade reconhecida, cujo último número foi o de final de 1988 (ano LVI); o *Relatório Anual*, uma publicação iniciada em meados dos anos trinta e extinta em 1983.

As informações, as publicações e, principalmente, os dados do IAA, foram de extrema valia para a produção de trabalhos sobre a questão da concentração fundiária e industrial na produção de açúcar e de álcool em São Paulo e no Brasil.²⁰ Tais dados e informações foram cotejados, complementados e especificados com os de outras fontes, tais como os da Junta Comercial do Estado de São Paulo e os dos censos agropecuários realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre a estrutura fundiária subjacente à produção de cana-de-açúcar. Também

¹⁹ F. Jungmann, *O direito da agroindústria açucareira*, Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1971; H. Pina, *A agro-indústria açucareira e sua legislação*, Apec Editora, Rio de Janeiro, 1972.

²⁰ P. Ramos, “Um estudo da evolução e da estrutura da agroindústria canavieira do estado de São Paulo (1930-1982)”, dissertação de mestrado, Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1983; Ramos, *Agroindústria*, *op. cit.*

foram fundamentais para o desenvolvimento dos trabalhos acima referidos muitos dos textos aqui citados, bem como as reflexões que constam de outros, entre os quais cabe destacar Queda, Gnaccarini, Melo, e Andrade.²¹

A integração das informações obtidas na pesquisa feita nos arquivos da Junta Comercial com os dados do IAA permitiu identificar os proprietários das 110 usinas que operaram (total e/ou parcialmente) no estado de São Paulo, no período que foi do final dos anos vinte à meados dos anos oitenta. Com isso, pode-se precisar, por exemplo, que um grupo francês era responsável por quase 30% da produção paulista de açúcar de usina no início daquele período e que tal grupo retirou-se de tal produção em 1970/71, quando então suas três usinas produziam apenas 5% do mesmo total. Afinal, tal integração de informações e dados foi a base o conhecimento das famílias, de suas origens, de seus vínculos e, enfim, da composição acionária dos grupos econômicos que, em grande medida, ainda são os dominantes na produção paulista e brasileira de açúcar e de álcool.

Em 1971 passou a fazer parte da estrutura do IAA um serviço técnico-científico (o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar/Planalsucar) especificamente destinado a pesquisar e a difundir o melhoramento genético da cana-de-açúcar no Brasil. Isso enriqueceu a base de dados e de informações do complexo, particularmente nos aspectos agrônômicos, sendo que o programa acabou tornando-se um órgão com relativa autonomia administrativa e também passou a editar publicações e a divulgar dados e informações. Seu último relatório anual é de 1985. Na mesma época, os produtores paulistas também constituíram um serviço similar na sua empresa de comercialização integrada de bens (a Copersucar/Cooperativa Central de Produtores de Cana, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo Ltda.), denominando-o de Centro de Tecnologia Copersucar (CTC), localizado em Piracicaba.

Quando o primeiro choque do petróleo abriu a possibilidade de estímulo à produção de álcool carburante, o que foi feito com a criação do Proálcool no final de 1975, ocorreu uma disputa no interior do aparelho do Estado pela gestão do programa, tido pelo governo militar de então como estratégico para os interesses nacionais. Esta disputa foi resolvida com a criação da CENAL/Comissão Executiva Nacional do Álcool, que também passou a divulgar dados e informações sobre a produção alcooleira no Brasil. O fato é que isso significou que o IAA havia deixado de ser o único órgão a se responsabilizar pela intervenção e pelo planejamento das atividades da agroindústria canavieira do Brasil. O esvaziamento das tarefas do órgão foi ocorrendo quase na mesma medida em que o álcool foi

²¹ O. Queda, "A intervenção do Estado e a agroindústria açucareira paulista", tese de doutoramento, ESALQ/USP, Piracicaba, 1972; J. C. A. Gnaccarini, "Estado, ideologia e ação empresarial na agroindústria açucareira do estado de São Paulo", tese de doutoramento, FFLCH/USP, São Paulo, 1972; M. L. Melo, *O açúcar e o homem*, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Recife, 1975, e M. C. Andrade, *História das usinas de açúcar de Pernambuco*, Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, Recife, 1989.

deixando de ser apenas um produto residual do complexo no Brasil, prenunciando que a sua extinção era uma questão de tempo. Esta perspectiva reforçou-se com o segundo choque do petróleo em 1979 e, posteriormente, com a crise da dívida externa e interna a partir do início dos anos oitenta, que explicitou as dificuldades de sustentação do apoio estatal ao complexo canavieiro e, especificamente, ao Proálcool. A extinção do IAA ocorreu somente em março de 1990, quando assumiu o primeiro governo eleito pelo voto direto no Brasil depois de vinte e nove anos. Pode-se afirmar, no entanto, que ela foi apenas protelada até então. Desde então, a política do governo central para o complexo canavieiro vem sendo errática, pontual e, fundamentalmente, sem uma base de dados própria e sem uma perspectiva de longo prazo. Atualmente, ela deve emanar do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool (CIMA).

Evidentemente, não está sendo afirmado que os dados e informações do IAA eram suficientes para o tratamento de todos os temas atinentes ao complexo canavieiro, mas é inegável que sua existência era algo que facilitava em muito as pesquisas sobre o mesmo. Cabe registrar também que o IAA havia montado, em Recife, o Museu do Açúcar, que em 1979 foi doado à Fundação Joaquim Nabuco.

O PERÍODO POSTERIOR A 1985: FONTES ALTERNATIVAS E DIFICULDADES ATUAIS

A extinção do IAA teve como implicação principal, para quem necessita se dedicar à pesquisas sobre aspectos da agroindústria canavieira do Brasil, o fato de que a produção de dados, de informações e de algumas publicações oficiais sobre ela deixou de ser regular, sistemática e, em grande medida, centralizada, o que ocorria na sede do órgão, que se localizava na cidade do Rio de Janeiro. Também perdeu-se parte do material das bibliotecas, tanto do IAA como do Planalsucar, sendo que outra parte dele foi doada ou incorporada ao acervo principalmente de instituições federais, que “herdaram” os ativos (inclusive os imóveis), parte do pessoal, dos serviços e mesmo das pesquisas de melhoramento genético que vinham sendo realizadas. Entre essas universidades pode-se mencionar a Universidade Federal de São Carlos, localizada no interior de São Paulo. Cabe registrar que as publicações do IAA podem ser encontradas nas bibliotecas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz, da Universidade de São Paulo, localizada em Piracicaba.

Assim, o que cabe destacar é que os estudos sobre o complexo canavieiro do Brasil passaram a depender de outras fontes de dados e informações, que podem ser consideradas da forma que se segue.

Em primeiro lugar (além do que pode ser encontrado nos acervos das bibliotecas públicas), do material coletado e/ou produzido pelos pesquisadores vinculados à entidades estatais e/ou públicas, especialmente às universidades, sejam federais, sejam estaduais, algumas delas mencionadas há pouco ou nas partes anteriores,

podendo-se ainda lembrar outras, como as universidades federais de Pernambuco (Recife) e de Alagoas (Maceió).

Em segundo lugar, dos órgãos dos governos locais, principalmente estaduais, mas também municipais. Esses órgãos também possuem, geralmente, equipes de pesquisadores e/ou de técnicos com dedicação à temas sobre a agroindústria aqui considerada. No caso de São Paulo, convém destacar o Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação SEADE), assim como o Instituto Agrônomo de Campinas, com suas respectivas bibliotecas.

Em terceiro lugar, e principalmente, dos dados e informações e das publicações de entidades privadas, ou melhor, das organizações dos principais agentes econômicos do complexo, particularmente dos proprietários dos meios de produção. Desde logo cabe destacar as publicações da Copersucar e o acervo da biblioteca do CTC. Entre as demais, deve ser mencionada a União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (ÚNICA), que coleta e sistematiza dados e informações sobre os produtores a ela associados, inclusive de alguns localizados em estados vizinhos. Embora tenha essa denominação, tal entidade não é a única representante dos produtores da região centro/sul, devendo ser mencionadas ainda a SOPRAL (Sociedade de Produtores de Açúcar e de Alcool) e a UDOP (União das Destilarias do Oeste Paulista) as quais representam outros produtores (usinas e/ou destilarias) regionais. Entre as entidades dos fornecedores, a menção pode ser apenas a ORPLANA (Organização dos Plantadores de Cana) do estado de São Paulo, que congrega as associações regionais desses produtores e cuja sede transferiu-se recentemente para Piracicaba. Pode-se ainda lembrar os sindicatos, federações e associações dos trabalhadores rurais do complexo, assim como dos da parte industrial, mas que estão representados no sindicato da indústria de alimentação. Situação semelhante é encontrada nas outros estados e/ou regiões produtoras. Assim, no estado do Paraná, vizinho ao sul de São Paulo, existe a Associação de Produtores de Alcool e Açúcar do Paraná (ALCOPAR). No Nordeste, as entidades patronais e de trabalhadores mais importantes, estão, obviamente, localizados nas capitais dos estados de Pernambuco e Alagoas.

Finalmente, convém mencionar que existem algumas outras entidades específicas e/ou publicações comerciais, relativamente autônomas, que levantam, sistematizam e veiculam dados e informações que, dependendo do assunto a ser tratado, merecem ser visitadas ou consultadas. Esse é o caso, por exemplo, da STAB (Sociedade dos Técnicos Açucareiros e Alcooleiros do Brasil), cuja sede localiza-se em Piracicaba e que realiza regularmente encontros, feiras e congressos sobre aspectos do complexo canavieiro. Pode-se citar ainda o periódico *Jornal Cana*, de circulação mensal, com sede em Ribeirão Preto/SP e a empresa de consultoria DATAGRO, em Barueri (próxima de São Paulo), que divulga regularmente um informativo quinzenal com textos, dados e informações sobre o mercado da agroindústria canavieira.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Pelas razões expostas na introdução deste texto e pelas indicações feitas na parte anterior, é fundamental enfatizar que aqui foram considerados os aspectos e, principalmente, a problemática das fontes e de temas numa perspectiva que não pode ser considerada exaustiva ou completa. Isso assume maior importância quando se tem em conta que, face à crise que o complexo canavieiro brasileiro vem enfrentando, a qual em grande medida decorre das dimensões que atingiu e das suas características estruturais básicas, mas que assumem a forma de problemas de mercado (em especial do álcool carburante), ocorrem alterações na disponibilidade das fontes de dados e de informações, particularmente no caso das organizações e entidades privadas, podendo ocorrer ainda dificuldades de acesso aos dados destas. Finalmente, reconhece-se que se privilegiou no texto as informações referentes ao estado de São Paulo e, em menor medida, à região centro/sul.

De qualquer modo, embora possa parecer desnecessário lembrar, e como pode ser deduzido do acima exposto, é fundamental o pesquisador ter presente a especificação do problema a ser trabalhado, nas diversas dimensões referidas na introdução (seja quanto à região, ao produto, ao produtor, agente social, seja quanto à outras particularidades). As tabelas anexadas ao final contém dados ilustrativos de alguns aspectos da evolução da agroindústria canavieira do Brasil no período 1940 a 1998.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M. C. DE, *Áreas do sistema canavieiro*, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Recife, 1988 (Série Estudos Regionais n. 18).
- , *História das usinas de açúcar de Pernambuco*, Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, Recife, 1989.
- DÉ CARLI, G., *Evolução do problema canavieiro fluminense*, Irmãos Pongetti Editores, Rio de Janeiro, 1942.
- , *Gênese e evolução da indústria açucareira de São Paulo*, Irmãos Pongetti Editores, Rio de Janeiro, 1943.
- DIÉGUES JÚNIOR, M., *População e açúcar no Nordeste do Brasil*, Ed. Comissão Nacional de Alimentação, São Paulo, 1954.
- EISENBERG, P. L., *Modernização sem mudança — a indústria açucareira em Pernambuco: 1840/1910*, Ed. Paz e Terra/Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Rio de Janeiro/Campinas, 1977.
- , *Homens esquecidos*, Editora da UNICAMP, Campinas, 1989.
- FERLINI, V. L. A., *Terra, trabalho e poder — o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1988.
- JUNGMANN, F., *O direito da agroindústria açucareira*, Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1971.
- GNACCARINI, J. C. A., “Estado, ideologia e ação empresarial na agroindústria açucareira do estado de São Paulo”, tese de doutoramento, FFLCH/USP, São Paulo, 1972.

- IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), *Brasil açúcar*, Rio de Janeiro, 1972 (Coleção Canavieira, n. 8).
- LIMA SOBRINHO, A. J. B., *Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira*, Ed. Zélio Valverde, Rio de Janeiro, 1943.
- MELO, M. L. DE, *O açúcar e o homem*. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Recife, 1975.
- MILET, H. A., *A lavoura da cana-de-açúcar*, Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, Recife, 1989.
- NEVES, D. P., *Lavradores e pequenos produtores de cana*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981.
- QUEDA, O., "A intervenção do Estado e a agroindústria açucareira paulista", tese de doutoramento, ESALQ/USP, 1972.
- PERES, GASPAR & APOLONIO PERES, *A indústria açucareira em Pernambuco*, CEDE, Recife, 1991.
- PERRUCCI, G., *A república das usinas*, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.
- PETRONE, M. T. S., *A lavoura canavieira em São Paulo —expansão e declínio (1765-1851)*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1968.
- PICARD, J., *Usinas açucareiras de Piracicaba, Villa Raffard, Porto Feliz, Lorena e Cupim*, Ed. Hucitec/Ed. da UNICAMP, São Paulo, 1996.
- PINA, H., *A agro-indústria açucareira e sua legislação*, Apec Editora, Rio de Janeiro, 1972.
- RAMOS, P., "Um estudo da evolução e da estrutura da agroindústria canavieira do estado de São Paulo (1930-1982)", dissertação de mestrado, Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1983.
- , *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil*, Ed. Hucitec, São Paulo, 1999.
- SAWYER, F. H., *Estudo sobre a indústria açucareira no estado de São Paulo*, Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 2a. ed., São Paulo, 1908.
- SZMRECSÁNYI, T., *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)*, Ed. Hucitec/Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo/Campinas, 1979.
- TOLEDO DE C., PEDRO EUGÊNIO, *O trabalhador da cana-de-açúcar em Pernambuco: da senzala ao caminhão*, Universidade Federal de Pernambuco/PIMES, Recife, 1983 (Dissertação de mestrado).
- TRUDA, L., *A defesa da produção açucareira*, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1971 (Coleção Canavieira, n. 6).
- WANDERLEY, M. de N. B., *Capital e propriedade fundiária —suas articulações na economia açucareira de Pernambuco*, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

ANEXO

TABELA 1. BRASIL —SITUAÇÃO E EVOLUÇÃO DO MERCADO DE AÇÚCAR E ÁLCOOL DE USINA, 1940-1960-1980-1998

<i>Especificação</i>	1940	1960	1980	1998
Produção de açúcar (em t)	844 587.6	3 260 369.6	7 407 061.8	13 742 242.5
Consumo <i>per capita</i> aparente (em kg)	17.9	34.4	47.5	55.4
Quant. exportada (em t)	45 913.7	735 173.2	2 255 396.5	8 372.602
Produção de álcool (em bilhões de litros)	115.5	458.9	3 777.0	14 123.5 ^a
Consumo aparente de álcool carburante (idem)	48.0	217.2	2 728.9	13 071.1 ^a

^a Refere-se ao ano de 1997.

FONTES: Dados do IAA, da ÚNICA e da DATAGRO.

TABELA 2. BRASIL E SÃO PAULO —QUANTIDADE E DISTRIBUIÇÃO DA CANA MOÍDA PELAS USINAS E DESTILARIAS, 1941/2-1971/2-1997/8 (quantidade em 1 000 t, das safras indicadas)

<i>Especificação</i>	1941/42	1971/2	1997/8
Brasil			
Cana própria	5 224.8	31 125.9	207 334.0
Cana de fornecedor	4 262.3	29 409.3	96 639.9
Total	9 487.1	60 535.2	303 973.9
Para produção de açúcar	97.5%	97.3%	40% ^a
São Paulo			
Cana própria	1 355.3	16 753.2	118 013.4
Cana de fornecedor	229.3	12 229.0	63 497.7
Total	1 584.6	28 982.2	181 511.1
Para produção de açúcar	96.9%	94.5%	40% ^a
S. Paulo/Brasil (Total)	16.7%	47.9%	59.7%

^a Estimativa da ÚNICA.

FONTES: Dados do IAA e da ÚNICA.



POLIZA N.º

dirección de Seguimas
 lre del esclavo
 situación de id.
 cacio de id.
 geria de id.
 e según categoría
 r indemnizable
 cion del seguro años.

Residencia del Esclavo
Capital Contrancia
FILIACION.
 nación Cubana
 tos de edad Ultramar y cubano
 catura Regular
 la Negro
 orbe

Señas particulares y observaciones.

Que suscribe Don **JOSÉ M^e MORALES** a nombre y en representación de la Protectora, como Director General de la Compañia, autorizado desde el objeto por una parte y el Sr. **D. Romualdo** propietario del esclavo, por otra, en la ciudad de donde hace abstracción de dominio, por otra parte.

Hean co. enido y pactado lo siguiente:
 El suscriptor arriba nombrada declara asegurada en dicha Compañia un esclavo nombrado de sexo de edad de años, cuyo valor según tarifa que con arreglo a la misma se le satisficieren en caso de muerte en y en caso de inutilización en conformidad con lo establecido en el artículo 9º de los Estatutos de la Compañia.

Los contratantes se sujetan desde ahora a las condiciones estipuladas en los Estatutos de la Compañia.
 Hecho en el día de de 1855.

El Suscriptor

El Director General

Recibi del Director Gen. de la Compañia pesos por indemnización que me corresponde por el esclavo contenido en esta póliza según acuerdo de la de Gobierno en de de 1855.

de de